



Prefeitura de Guaíba – RS
Monitor Infantil

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos literários e/ou informativos	1
Recursos estilísticos (ou figuras de linguagem).....	3
Coesão e coerência.....	8
Ortografia: uso dos acentos gráficos; Grafia de palavras	10
Uso do sinal indicativo de crase	11
Morfologia: classes gramaticais e processos de flexão das palavras.....	12
Sintaxe de concordância e regência	23
Uso dos sinais de pontuação	28
Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia; Polissemia (denotação e conotação).....	32
Exercícios	33
Gabarito.....	43

LEGISLAÇÃO GERAL

BNCC	1
ECA	54
PNE	123
PME (Plano Municipal).....	148
LDBEN.....	173
Ed. Inclusiva	200
Lei Étnico racial	209
Lei Lucas	210
Constituição Federal de 1988.....	211
Lei Orgânica do Município de Guaíba	218
Estatuto do Servidor (Funcionário) Público de Guaíba/RS (Lei Municipal N° 2586/2010).....	252
Plano de Cargos e Carreiras de Guaíba/RS (Lei Municipal N° 1116/93)	291
Exercícios	306
Gabarito.....	311

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A criança como sujeito de direitos.....	1
O adulto como mediador entre a criança e o mundo. A relação educativa como uma relação de cumplicidade.....	1
Procedimento, orientação e auxílio às crianças no que se refere à higiene pessoal....	52
Noções de primeiros socorros na faixa etária das crianças assistidas.	56
Ética profissional	78
Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho.....	82
Regras de hierarquias no serviço público	107
Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214).	109
Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.....	149
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.....	177
Exercícios.....	246
Gabarito.....	250

SUMÁRIO



Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

BUSCA DE SENTIDOS

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.



A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.¹

A base curricular do ensino brasileiro tem passado por diversas mudanças, dentre elas, temos a lei a seguir.

[Lei nº 13.415/2017](#)

- Altera a LDB
- Altera o Fundeb
- Altera a CLT
- Revoga a Lei 11.161/2005
- Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

[Quais as implicações?](#)

Implicações curriculares, com flexibilização e aligeiramento da formação

- Altera o formato de financiamento público com privatização

¹ Fonte: www.educacaoinfantil.aix.com.br



Conhecimentos Específicos

Na atual Constituição Federal Brasileira, há o reconhecimento e a necessidade de proteção à infância, o direito de atendimento em creches e pré-escolas às crianças, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de proteção de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Estes direitos foram ratificados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/1990, o qual considera a criança como sujeito de direitos, no artigo 100, parágrafo único:

[...] da condição da criança e do adolescente como sujeito de direitos: crianças e adolescentes são titulares dos direitos previstos nesta e em outras leis, bem como na constituição federal (BRASIL, 1990).

O reconhecimento da criança como sujeito de direitos em uma lei específica se constituiu a partir de muitos anos de luta, de debates e embates pelos movimentos sociais, em fóruns, congressos e discussões para que a criança tivesse seus direitos assegurados pelo Estado. Contudo, a conquista efetiva dos direitos das crianças só se dará em articulação com questões mais amplas, relacionadas às transformações políticas, culturais e econômicas da sociedade, podendo-se afirmar que os direitos das crianças ainda permanecem mais no papel do que na prática. Tal afirmação põe em evidência a luta por uma infância onde as crianças sejam respeitadas em suas múltiplas dimensões, como sujeitos históricos e de direitos. Esta discussão perpassa pela concepção de criança, de infância, de escola e de sociedade, assim como, de ética e de respeito, pois, sem ter consciência desses conceitos, será difícil compreender a constituição da formação humana, e em particular, as especificidades do desenvolvimento e formação da criança.



O adulto como mediador entre a criança e o mundo. A relação educativa como uma relação de cumplicidade.

Formação da Criança

A psicologia do desenvolvimento acompanha o ser humano desde a sua concepção até ao fim da sua vida. É por esse motivo necessário compreender como se constrói a identidade de cada um, de acordo com fatores biológicos, psicológicos, ambientais e de personalidade.

Desenvolvimento da criança

Papalia, Olds e Feldman (2001) referem que, em psicologia do desenvolvimento, a criança deve ser compreendida dos pontos de vista físico, psicossocial e cognitivo em cada período do crescimento, uma vez que todos estes aspectos formam um todo, articulando-se entre si. Por exemplo, um problema de ouvido pode afetar o desenvolvimento ao longo da linguagem, na infância e, durante a puberdade, com as mudanças hormonais e fisiológicas, afetar também o seu auto conceito (Papalia, Olds, & Feldman, 2001).

O desenvolvimento cognitivo inclui alterações mentais, de aprendizagem, de memória, de pensamento, de raciocínio e de criatividade, associadas ao crescimento físico e emocional que, quando afectados, podem comprometer as suas relações entre pares (Papalia, Olds, & Feldman, 2001).

No que concerne à personalidade, diz respeito ao comportamento que adoptamos em cada situação, que articulado com o desenvolvimento social, isto é, a forma como nos relacionamos com os outros, formam o nosso desenvolvimento psicossocial e afetam os nossos processos físicos e cognitivos (Papalia, Olds, & Feldman, 2001). Segundo Papalia, Olds e Feldman (2001) embora haja características comuns a todas as crianças, devido aos aspectos naturais das diferentes fases de desenvolvimento, elas não crescem todas ao mesmo ritmo, não aprendem todas da mesma forma, não se relacionam da mesma maneira, por questões sócio-culturais, de personalidade, de contexto ambiental e familiar, etc.

Questões hereditárias, de ambiente e de maturação, explicam estas diferenças (Papalia, Olds, & Feldman, 2001).